

Controladoria Geral do Munícipio

#### PARECER DE REGULARIDADE DO CONTROLE INTERNO

PARECER N° 2308001-CGM

Solicitante: Departamento de Licitação

**Expediente:** Processo Licitatório nº ARP025/2023

Modalidade: Carona

Situação: Contratado

Presidente da CPL: Harlenilson Matos da Silva

Ordenador de Despesas: Sergio Ricardo Benedetti

Valor do Contrato: R\$ 211.889,20 (Duzentos e onze mil, oitocentos e oitenta e

nove reais e vinte centavos).

Empresa Vencedora: AGRORURAL XINGU LTDA.

Tratam os autos de procedimento licitatório realizado na modalidade Carona, para fins de adesão a Ata de Registro de Preço nº 20230135, oriundo do Pregão Eletrônico nº 008/2023-SRP, realizado pela Secretaria Municipal de Administração e Planejamento - SEMAPLAN, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FUTURA E EVENTUAL FORNECIMENTO PARCELADO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, FERRAGENS E FERRAMENTAS, MATERIAIS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA, ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM, PARA ATENDER AS SECRETARIAS: SEMAPLAN, SEMAGOV, SEMCULT, SEMFI, SEMFAZ, SEMOB, SEMAGRI, SEMURB, SEMTUR E SEMEL.

A solicitação de adesão a Ata de Registro de Preço foi feita por meio do OFICIO nº 0667/2023/GAB/SEMMAS, datado em 16 de maio de 2023, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, FERRAGENS E FERRAMENTAS, MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA, ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA EXECUTIVA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E MINERAÇÃO - SEMMAS ATRAVÉS DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°20230135, PE008/2023-SRP. Em seguida, prosseguiram as fases



Controladoria Geral do Munícipio

subsequentes até a homologação da licitação pela Autoridade Competente.

Os autos foram encaminhados a Controladoria Geral do Município para manifestação acerca da legalidade do procedimento licitatório.

É o relatório.

## DA ANÁLISE DA LICITAÇÃO

### 1. Formalização do Processo

O procedimento administrativo instaurado para a realização da licitação na modalidade Pregão Eletrônico, cuja regulamentação consta na Lei nº 10.520/02, está instruído com as seguintes peças, em cumprimento ao art. 38 da Lei nº 8.666/93, cuja aplicação é subsidiária nesta modalidade de licitação, a fase de adesão à ata de registro de presencial é fundamentada conforme **Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013**.

- Solicitação de autorização para abertura de Processo Administrativo (fls. 02);
- II. Termo de referência (fls. 03-11);
- III. Justificativa para contratação (fls. 12-13);
- IV. Despacho da autoridade competente para realização procedimento licitatório (fls. 14);
- V. Indicação dos Recursos Orçamentários (fls. 15);
- VI. Declaração de Adequação Orçamentária e Financeira (fls. 16);
- VII. Planilha geral de itens (fls. 17-19);
- VIII. Mapa de pesquisa com média de preços cotados (fls. 20-24);
  - IX. Relação de itens com especificações e quantitativos (fls. 25-30);
  - Relação de itens com dotação orçamentária (fls. 31-34);
- XI. Solicitação de cotação de preço (fls. 35-46);
- XII. Cotações de preços (fls. 47-55);



Controladoria Geral do Munícipio

- XIII. Solicitação para adesão da ata de registro de preços ao fornecedor AGRORURAL XINGU LTDA (fls. 56);
- XIV. Aceite do fornecedor AGRORURAL XINGU LTDA para adesão a ata de registro de preços (fls. 57);
- XV. Solicitação de autorização para adesão ao órgão gerenciador da ata de registro de preços (fls. 58);
- XVI. Autorização do órgão gerenciador para realização de adesão (fls. 59-60);
- XVII. Solicitação de autorização para abertura de procedimento licitatório (fls. 61);
- XVIII. Cópia do Processo Licitatório Pregão Eletrônico Nº 008/2023-SRP (fls. 62-148);
  - XIX. Despacho com autorização do Chefe do Poder Executivo (fls. 149);
  - XX. Documentação atualizada do fornecedor da ata de registro de preços (fls. 150-166);
  - XXI. Solicitação de análise e Parecer Jurídico à Procuradoria Geral do Município (fls. 167);
- XXII. Parecer Jurídico (fls. 168-170);
- XXIII. Termo de homologação (fls. 171);
- XXIV. Ato de designação com ciência do fiscal de contrato (fls. 172);
- XXV. Contrato nº 20230304 (fls. 173-178);
- XXVI. Comprovante de publicação de extrato de contrato no:
  - Diário Oficial do Estado do Pará (fls. 179).

## 2. ANÁLISE

#### 2.1. Da Fase Interna

Os processos administrativos deverão ser autuados, protocolados, rubricados com a indicação do(s) objeto(s), orçamentos, indicação do recurso para a despesa e de seu comprometimento, nomeação da comissão ou servidores responsáveis, termo de compromisso, justificativa para aquisição,



Controladoria Geral do Munícipio

autorizações, edital com seus respectivos anexos, publicações e demais documentos relativos à licitação, assim se cumprindo as exigências legais do art. 38 da Lei de Licitações nº 8666/93. No que diz respeito à fase interna do Processo Administrativo, observamos obediência ao artigo supracitado, estando o processo devidamente autuado e acompanhado das documentações necessárias.

### 2.2. Das Justificativas, Autorizações e Termo de Compromisso

Foram preenchidas as exigências quanto às autorizações necessárias, declaração referente ao não comprometimento do erário público, subscrita pela autoridade competente.

Ao que compete à justificativa, Termo de Compromisso e Responsabilidade referente ao acompanhamento do procedimento licitatório e da execução deste contrato, segue todas as especificações no termo de referência.

### 3. DO FISCAL E VIGÊNCIA DO CONTRATO

É o instrumento dado à administração pública para dirigir-se e atuar perante seus administrados sempre que necessite adquirir bens ou serviços dos particulares, ou seja, é o acordo recíproco de vontades que tem por fim gerar obrigações recíprocas entre os contratantes. Assim como o particular, o Poder Público celebra contratos no intuito de alcançar objetivos de interesse público.

#### 3.1. Vigência do Contrato Administrativo

Os contratos originados do presente procedimento obedecerão aos termos do caput, do Art. 57, da Lei 8.666/93, conforme expressa a cláusula de vigência da minuta contratual.



Controladoria Geral do Munícipio

#### 3.2. Fiscal de contrato

Foi encontrado no termo de referência a indicação do servidor **Valdemir da Silva Gonçalves** para realizar a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato alvitre final deste processo.

#### 4. PROVIDÊNCIA

 O responsável deverá fazer a juntada da Justificativa da vantajosidade.

### 5. RECOMENDAÇÕES

- Recomendamos que seja observado o art. 42, caput, da LRF e a disponibilidade financeira para realização de tal despesa.
- Recomendamos a realização de despesa, somente com recurso disponível em conta bancária.
- Recomendamos o pagamento de despesa, somente com regularidade fiscal comprovada mediante apresentação de certidões.

### CONCLUSÃO

Conclui-se, sinteticamente, que o processo administrativo licitatório em tela esgotou legalmente todas as etapas obrigatórias até a presente manifestação deste órgão de controle interno.

Face a todo o exposto, concluímos:

Que os autos assemelham-se estarem revestidos da legalidade necessária em conformidade com análise jurídica.

É verdadeiro ressaltar que, a geração de despesa é de inteira carga do ordenador de despesas eximindo qualquer culpa, dolo ou responsabilidade solidária por parte dos membros da Controladoria Geral do Município.



Controladoria Geral do Munícipio

### MANIFESTA-SE, portanto:

Pela possibilidade de prosseguir o presente para fins da realização das demais fases, observando-se, para tanto, os prazos e disposições legais atinentes à matéria, inclusive atentando quanto à obrigatoriedade de publicação de referidos atos na imprensa oficial e portal dos jurisdicionados do TCM/PA.

Retorne os autos ao responsável para conhecimento, manifestação e adoção das providências cabíveis.

São Félix do Xingu-PA, 01 de agosto de 2023.

Elvys Teles Silva Controlador Geral do Município Decreto Nº 746/2022